



# O CONCEITO DE ATIVIDADE NO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO TRANSDISCIPLINAR

YVES SCHWARTZ\*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.41652>

\* Professor Emérito de Filosofia e Ergologia, Aix-Marseille Université, França

As legítimas ambições do IEAT estão claramente expressas nos livros que recentemente editou. Tentaremos resumi-las e trazer nossa contribuição, dando sequência à conferência que tivemos a honra de proferir em 2005.

Ha uma constatação critica nestes livros: o conhecimento acadêmico está fragmentado “em pequenos feudos passionadamente mantidos por ‘especialistas’. Deste fato resulta uma ‘balcanização do conhecimento’ contra a qual quer agir o IEAT (*Themes in transdisciplinarity research*, 2010). Em apoio a esta constatação é mencionada uma antiga metáfora budista que será o nosso fio condutor nesta conferência: “*ha vários oceanos, mas todos eles têm o mesmo sabor-salgado*”.

Essa balcanização do conhecimento parece relacionada à grande cisão advinda no início da modernidade entre Ética e Conhecimento, tese defendida no livro *Conhecimento e Transdisciplinaridade* (2001).

Concordamos com essa tese e nos perguntamos: a procura do ‘mesmo sabor’ que possibilitaria lançar pontes entre as fronteiras desses feudos passionais e alicerçar “uma nova cidadania intelectual” (*A república dos saberes: arte, ciência, universidades e outras fronteiras*, 2008), não suporia fundamentar esse sabor numa disposição própria ao ser humano, disposição que, segundo a nossa ótica, recusa essa cisão entre Ética e Conhecimento?

Julgamos pertinente essa noção de ‘mesmo sabor’. E pensamos que a tentativa de identificar esse ‘sabor comum’ afasta a balcanização dos saberes e possibilita lançar pontes entre as práticas das várias disciplinas científicas.

Mas a demonstração dessas convicções é um verdadeiro desafio. E, por isso, peço a indulgencia de vocês.

Duas teses e uma proposição epistemológica atravessam esse caminho:

A primeira tese: esse ‘sabor comum’ não pode ser comum apenas aos pesquisadores. Será uma característica antropológica, que afeta e une os pesquisadores, não enquanto pesquisadores, mas enquanto seres humanos. Nossa tese é: se não pudermos definir uma comensurabilidade própria a todos os seres humanos, nunca encontraremos uma verdadeira comunidade ligando as categorias de pesquisadores. E nunca poderemos lançar pontes entre eles.

A segunda tese: se existir uma especificidade antropológica, um ‘sabor comum’ que nos liga enquanto seres humanos, a postura dos pesquisadores sobre os seres humanos (ciências humanas e sociais) não pode ser a mesma que a de pesquisadores

que, sendo eles mesmos seres humanos, fazem pesquisas sobre objetos não humanos, objetos que não tem esse sabor (matemática, ciências da natureza).

A questão do ‘sabor comum’ como fato antropológico, se existir, não pode afetar da mesma maneira a ‘usinagem científica’ dos primeiros e dos segundos. A desbalcanização não poderá se manifestar com as mesmas características.

Esta será nossa segunda tese.

E a proposição epistemológica que afeta a prática das ciências humanas será a seguinte: a necessidade de distinguir dois tipos de saberes, ‘saberes epistêmicos’ e ‘saberes-valor’.

Vamos então tentar identificar esse ‘sabor comum’, justificar como ele possibilita a transdisciplinaridade, mas respeitando essa distinção entre as duas áreas de pesquisas.

\*

### *I No entanto, temos que perguntar: podemos encontrar um ‘sabor comum’, específico, próprio à atividade científica, que distinguiria o trabalho dos pesquisadores de outras atividades?*

Em um primeiro momento, vamos dizer que sim: o trabalho científico não é atividade política, lúdica ou amorosa. Ela parece obedecer a uma norma geral, que a especifica e a distingue como atividade científica das outras atividades humanas.

Daria essa definição: ela vincula processos de *concatenação* e processos de *validação* de conceitos no seio de um *referencial teórico* bem definido, como na Mecânica Clássica, ou Quântica, a Teoria das Funções, a Biológica Molecular, mas também o Direito Internacional.

— Concatenação: uma rede conceitual, rigorosamente tecida. A atividade científica mobiliza uma rede de conceitos cujos conteúdos se relacionam entre eles sem sobras nem ambiguidades. Na Mecânica de Newton, não podemos definir de maneira separada os conceitos de massa, de força, e de aceleração. A partir das unidades fundamentais podemos definir todos os conceitos da física, enquanto conectados com protocolos de medida.

— Validação: esse conjunto conceitual somente tem valor científico se estiver atrelado aos protocolos de experimentação relativos ao domínio da realidade a ser explorado ou validado.

— Cuidado: essa norma geral vale tanto para as ciências que se propõem a estudar leis da natureza, modelos relativos a objetos não humanos, quanto aqueles objetos de estudo relativos ao domínio do ‘humano’. No primeiro caso, os referenciais são das ciências da natureza, no segundo, das ciências humanas e sociais. O jurista, o sociólogo, o psiquiatra, bem como o físico, tem a ambição de desenvolver uma rede teórica, com as mesmas exigências, de concatenação e validação. Senão, não possuem a legitimidade de falar de sua atividade como científica.

Não obstante, em segundo momento, não estamos satisfeitos ainda: essa definição não é suficiente para ‘desbalcanizar’ e reunir pesquisadores. Esta norma (concatenação-validação) fica puramente formal. Ao invés de ligar entre elas áreas de conhecimento, circunscreve setores separados do saber no interior de referenciais teóricos.

Então, onde identificar esse ‘sabor comum’, próprio ao trabalho científico?

De fato, a partir dessa norma geral, há várias hipóteses levantadas na filosofia, na história das ciências, para o que seria o ‘sabor comum’ *interno* ao agir científico. Mas sempre acabaram por ser refutadas pelos avanços do conhecimento. Por exemplo, a tese platônica de que as verdades científicas nos ocorrem por uma visão, uma reminiscência das ideias eternas. Segundo Platão, é o que poderia explicar porque o jovem escravo do Diálogo *Menon* pode, sem nenhuma educação anterior, aprender a duplicar a superfície de um quadro. O “eu transcendental” de E.Kant legitimaria os postulados da geometria euclidiana e anteciparia os princípios da Mecânica de Newton. As geometrias não euclidianas, bem como a concepção relativista do Tempo, nos conduziram a abandonar esta concepção de estruturas de pensamento universais, enquanto a uma ferramenta comum a toda ‘usinagem’ científica.

Mas a identificação do ‘sabor comum’ fica igualmente aporética quando afirmamos que a postura científica, em geral, busca investigar *objetos*, existentes fora de nós, situados no espaço e tempo. Devemos modificar essa postura para aceitar, por exemplo, a dualidade entre ondas e corpúsculos, a ideia de *probabilidade* da presença de elétrons na tal camada do núcleo atômico (química quântica), ou aceitar partículas não ponderáveis.

Esta postura se agrava quando tratamos assim as ciências humanas: verifiquemos o insucesso (parcial) da Organização Científica do Trabalho (Taylor), que tem como ambição estudar e/ou dirigir a atividade de trabalho como um objeto científico tão circunscrito como um elétron ou um planeta.

Também não é melhor a hipótese, hoje obsoleta, de que existiria um método científico, **ou** método experimental (Claude Bernard). A pluralidade dos métodos ainda fica mais óbvia nas ciências humanas e sociais, cujas investigações sempre devem iniciar justificando seus métodos (assim em sociologia, pesquisas quantitativas, questionários, entrevistas semi diretivas, pesquisa-ação...). Vejam sobre isto a ideia de “estilos científicos” (Granger, Hacking).

Seria o ‘mesmo sabor’ uma postura de objetividade? O pesquisador deve colocar-se ‘entre aspas’, fora da história, em uma postura neutra, lhe permitindo definir suas problemáticas, seus procedimentos? Tanto a história, como a sociologia das ciências (com seus excessos recentes) derrubam essa insustentável ambição. Ninguém pode ficar fora da história, nem mesmo o cientista.

O que nos permite afirmar nossa tese: esse ‘sabor comum’, a ser operante numa cidadania científica não balcanizada, não pode ser integrante apenas da postura científica, ele é uma dimensão antropológica que se manifesta *no agir científico*.

## II *Somos seres de atividade*

Essa afirmação antropológica, poderíamos dizer mesmo ontológica-enquanto seres humanos, somos seres de atividade — a apresentamos aqui como uma tese da abordagem ergológica, sempre a ser debatida.

Segundo a nossa definição da atividade, o ‘mesmo sabor’ diz respeito ao fato que qualquer que sejam as circunstâncias, nunca nos submetemos mecanicamente às pressões, positivas ou coercitivas, do meio e de suas normas. Nunca somos coisas. Nunca podemos ser sujeitos estritamente ao que chamamos normas antecedentes (jurídicas, protocolos, regras de vida, prescrições profissionais). Apoiando-nos sobre teses filosóficas sobre a vida e a saúde, e sobre os limites do taylorismo que pensava cientificamente e exaustivamente poder prescrever os gestos do agir no trabalho, digamos que é impossível e invivível para qualquer ser humano, mesmo que seja imperceptível, ser unicamente executante dessas normas antecedentes. Viver sempre será uma tentativa

de propor ao meio suas próprias normas de saúde. De onde podemos afirmar que, frente a essas normas, nunca paramos de renormalizá-las, ou reajustá-las em todos os níveis, do micro ao macro.

Esta perspectiva tem duas consequências:

1- Se sempre renormalizamos – mesmo que seja no minúsculo –, não paramos de ‘fazer história’, quer dizer, de recriar, mais ou menos nossa relação com o meio. Dai, o conteúdo desta renormalização não se pode antecipar completamente (senão, não se faz história). Sempre haverá algo a se aprender dessas reconfigurações realizadas pela atividade humana ao retrabalhar as normas antecedentes de nossos meios de vida e trabalho. Esse retrabalho, resultado do fazer história, sempre será **inédito**, uma matéria a ser descoberta, para aquele entendimento que busca compreendê-lo.

2 - Este retrabalhar as normas, por mais minúsculo que seja, por mais inconsciente que seja, é uma arbitragem, uma escolha. Falamos de *debate de normas*, entre as normas antecedentes e aquelas que nos damos para nosso agir aqui e agora. Por exemplo, para onde dirigimos o nosso olhar quando alguma coisa nos parece anormal no meio de trabalho? Vamos ajudar nosso colega, de que maneira, com quais palavras e que tom? Vamos decidir modificar um protocolo experimental standard para compensar uma inabitual variação das condições ambientais ou técnicas?

Quero dizer, todas as circunstâncias da vida nos obrigam a *preferir* tal ou qual decisão de agir, porque uma decisão nos parece ser mais apropriada, *valer* mais do que outra.

Esta definição ontológica da atividade implica que todo ser humano se enfrenta em todos os momentos de sua vida com um *mundo de valores*. Se essa definição for a base deste ‘sabor comum’, este sabor nos conduz a recusar qualquer descarte da Ética na atividade. Se a ambição e o trabalho do pesquisador for uma atividade humana *como as outras*, então a cisão entre Ética e conhecimento, que teria marcado a nossa modernidade, revela-se por ele impossível.

Eis aqui a nossa primeira tese: não se pode encontrar na comunidade científica o ‘sabor comum’ se antes ele não for identificado no agir humano em geral. O agir científico seria um componente, dentre outros, do agir humano, apenas um componente especificado pela norma geral de concatenação — validação dos conceitos num referencial teórico.

Mas como se distribui a presença desse ‘sabor comum’ na dualidade dos campos de saber, tão diferentes? Como age esse ‘fazer história’ no campo das ciências que tratam de seres (objetos) não humanos — que não ‘renormalizam’ — e no campo das ciências que tentam produzir conhecimentos sobre seres (humanos) que, estes, ‘renormalizam’?

É o que trataremos em nossa segunda tese, em dois tempos.

### III Qual ‘sabor comum’ nas ciências dos seres (objetos) que não são humanos?

Esse campo é o campo das “matérias estrangeiras” (G.Canguilhem)<sup>1</sup> *stricto sensu*: a existência, o comportamento, as leis dessas matérias não dependem da atividade humana. Seja o elétron: há uma história *humana* da produção do conceito de elétron, há uma manipulação técnica desse conceito. Mas não há uma história do elétron, na qual o elétron seria o sujeito. Não há uma história dos números imaginários que esses números teriam construído através do tempo. Estes, apenas passam a existir quando alguns matemáticos no século XX ampliaram o conceito de número para além dos números reais. O ‘fazer história’, específico para todo ser humano fica, no campo da matemática, bem como no campo das ciências da natureza, fora do objeto visado e nos remete a esta modalidade da história humana que é o ‘fazer ciência’. Quem ‘faz ciência’, faz história.

Uma vez que, nesse campo da matemática e das ciências da natureza, os objetos são estrangeiros, independentes de nós, o ‘sabor comum’ não pode ficar dentro deles, pois não está no elétron, nos números imaginários. Esses objetos nos ignoram. Quanto mais contaminamos esses objetos com nossos estigmas ou valores pessoais, quanto mais nossos conceitos e nossos dispositivos experimentais estão marcados pelos recursos e limites do momento presente, mais o rigor da norma concatenação-validação se tornará fraca e menos a nossa ambição de universalização, de respeitabilidade será aceite. Nesse campo, há que se respeitar uma norma, uma ascese que chamamos epistêmica, segundo a qual os pesquisadores tratam de se posicionar fora da história.

Mas enquanto seres históricos, nunca conseguiremos produzir qualquer coisa fora da história. Essa ascese, absolutamente necessária no campo do não humano, não obs-

1 G.Canguilhem : Le Normal et el Pathologique, Paris, P.U.F, 1966, p. 7.

tante, será uma tentativa em uma parte, sempre colocada em xeque, pois no campo da matemática e das ciências da natureza, sempre fazemos experiências com conceitos e dispositivos que portam possibilidades e limites, marcados pelo tempo histórico no qual nos inserimos enquanto cientistas.

Aqui temos que arcar com o ‘sabor comum’: enquanto seres de atividade, não podemos viver paralisados, imobilizados pelo presente, assujeitados pelo estado dos constrangimentos e pelos recursos do mundo. Viver em saúde quer dizer tentar alargar as possibilidades de gozo da vida, e isso implica a vontade de saber além dos conhecimentos disponíveis em tal ou qual momento da história. O contrário seria uma fraqueza, uma patologia do espírito. Como seres de atividade, vamos tentar ultrapassar os limites de nosso tempo, satisfazer a nossa paixão de saber, arriscar novas hipóteses com os meios conceituais e técnicos que oferece nossa época.

Sendo assim, o agir científico é uma **atividade, uma aventura**, que, no tempo, ‘faz história’. Uma história cheia de escolhas, escolhas de conceituação, de dispositivos experimentais em nome de convicções teóricas, epistemológicas, filosóficas que a pesquisa deseja validar.

Vejam um velho e simples exemplo. No meio do século XIX, Joule, na Inglaterra, com alguns outros cientistas, quer demonstrar a equivalência entre calor e movimento, com uma hipótese implícita quanto a unidade das forças da natureza. Ele inventa um dispositivo adequado, a queda de pesos (energia potencial) aquecendo a água dentro de um calorímetro. Movido pela mesma intenção (calcular a equivalência), Mayer, na Alemanha, imagina ser possível medir a diferença de calor específica entre os gases com pressão constante ou com volume constante. O avanço físico acumula, portanto, escolhas filosóficas (monismo das forças), preferências conceituais e, protocolos experimentais, com todos os limites da época. Compreendemos que todas essas escolhas estão relacionadas: é todo o conjunto concatenação-validação que leva as marcas — os estigmas — de seu momento histórico, e que, será globalmente validado ou afirmado pela experiência. Ver, por exemplo, os estudos sobre o princípio de Duhem-Quine<sup>2</sup>.

Mas este é apenas um aspecto do agir científico como atividade no sentido ergológico. Não se pode desvincular essas escolhas das condições históricas do trabalho científico: a invenção científica efetua-se num universo cooperativo (equipes de pes-

---

2 SCHWARTZ, 2000. p.172.

quisa, laboratórios), mas também impiedosamente concorrencial, desde o ponto de vista das carreiras, onde a ciência fica mais ou menos instrumentalizada pelas dimensões econômicas, financeiras, políticas (ver a questão das patentes de invenção, fraude, plágio...). Segundo essa ótica, o agir científico, como todo agir humano, fica face a debates: preferir tal objeto de pesquisa, tal método, tal protocolo significa conduzir a pesquisa de modo não neutro. O que chamamos a ascese epistêmica tenta desenvolver-se de uma maneira muito complicada através do meio histórico que implica em permanência o conjunto de valores de vida. O que chamamos a ascese *ergológica*, pelo *historiador do saber*, ha de perceber as condições históricas, as escolhas complexas de criação das produções científicas.

Ao que me parece, a preocupação do IEAT situa-se aqui. Quando a comunidade científica recusa ou esconde essa ascese ergológica, ou seja, quando os pesquisadores ocultam suas escolhas, preferências, ‘dramas’, a história das escolhas de seus protocolos, a maneira de re-usinar a norma de concatenação-validação, então, fica cada um bloqueado na sua espacialização passional. Assim, desenvolvem-se posturas dogmáticas, que ‘balcanizam’ os campos do conhecimento, porque anulam na comunidade dos pesquisadores, este destino que têm em comum, como seres de atividade, seres de escolhas, seres que buscam no melhor dos casos, graças aos recursos da ciência e técnica disponíveis, propor normas ampliadas de vida e de saúde.

Ao contrário, se essas re-usinagens de conceitos, de protocolos, são repostos em história, por um lado, se liberam da instrumentalização ou apropriação abusivas pelos poderes político-econômicos; assim, trocas, tentativas de reemprego dessas invenções para campos vizinhos de conhecimento são possíveis. Quando o esforço de criação científica fica contemplado como atividade humana cheia de escolhas, como uma espécie de aventura, isso possibilita debates, cooperações intensas e criativas entre os pesquisadores e entre eles e a comunidade social. Como disse o grande filósofo G. Canguilhem, “O ensino favorece o dogmatismo na medida em que é comunicação de resultados e não — fora exceções — reativação das circunstâncias da pesquisa que lhes produziu”.

*Que significa o ‘sabor comum’, quando a pesquisa enfrenta-se com ‘objetos humanos’?*

Nesse segundo campo, encontramos ‘matérias forasteiras’ ou ‘estrangeiras’ de segundo tipo. Desde que incluem atividade humana, o ‘fazer história’ é interno ao obje-

to. Visto pelo ângulo da atividade do pesquisador, as matérias são estrangeiras porque os debates de normas, que definem toda atividade humana fazem surgir o que é, para eles, inantecipável — o que chamamos as renormalizações, mesmo que sejam minúsculas; inantecipável relativamente ao corpus teórico de cada ciência humana.

Cuidado: nesse segundo tipo, a atividade humana implica em si os dois tipos de matéria estrangeiras, o não humano e o humano. Vivemos num meio técnico e será difícil imaginar qualquer atividade sem objetos técnicos, dispositivos materiais, procedimentos, protocolos, regras lógicas hoje frequentemente numerizadas. Podemos evocar alguns casos limites quando, por exemplo, os enfermeiros psiquiátricos dizem “a minha ferramenta é o meu corpo”, a prostituição como estudou Vanessa Barros enquanto um tipo de trabalho à margem ou o caso de uma tele atendente que podia somente pelas suas modulações da voz singularizar (ou renormalizar) uma interação completamente estereotipada com os usuários (um doutorado dirigido pela Professora Cecília de Souza, na PUC SP). No entanto, nesse caso, a renormalização se faz jogando com essa mediação técnica que é o telefone.

Então, é na relação com esse mundo híbrido de referenciais normativos misturando saberes técnico-científicos e princípios de organização social (as *‘normas antecedentes’*) que é **impossível e invivível** ficar em um estado de pura submissão. De um lado, encontramos normas sociais, mais ou menos formalizadas, que incluem esse universo de **normas antecedentes** — saberes científicos e técnicos, estocados nos textos oficiais ou patrimônios disciplinares; de outro lado, as situações a serem vividas, sempre trazem uma parte de **inédito**, essa dimensão que tem que gerir a atividade humana no presente, atualizando e personalizando essas normas em sua diversidade e heterogeneidade. Assim criam-se matérias estrangeiras de segundo tipo. Estrangeiras porque as renormalizações, pelo pesquisador, sempre vêm mais ou menos inesperadamente. Há mais de trinta anos, no início de nosso ensino universitário com os estudantes e trabalhadores, um deles pronunciou essa frase: “nunca um operário fica frente a sua máquina, dizendo: faço o que me dizem”. Reencontramos aqui essa afirmação que somos seres de atividade e em três decênios pudemos verificar a verdade daquele “nunca”: a realidade oriunda de uma atividade individual e coletiva sempre será diferente das prescrições, regras, protocolos normativos que supõem antecipá-los ou prescrevê-los.

Isso nos conduz para a proposta epistemológica de suma importância: para entendermos as realidades humanas, devemos articular dois tipos de saberes: saberes disciplinares ‘em desaderência’ (*corpus* de hipóteses, resultados anteriores da psicologia, sociologia, ciências da linguagem..., que se construíram como um ‘aumento em generalidade’, a distância das situações reais), e o que chamamos ‘saberes-valores’.

Porque saberes-valores? “Nunca fazer o que me dizem” supõe, para fazer diferentemente, saberes específicos, aderentes na situação aqui e agora e vinculados a um ‘melhor viver’ essa situação. Cada re-normalização agrega saberes em aderência, como: conhecer a fraqueza de um dispositivo técnico em tal situação, os efeitos prováveis da ausência de um colega, a dificuldade de aplicar a regra geral frente a tal usuário do qual você conhece os problemas de vida, a solidariedade e a tentativa de criar sinergias no meio de trabalho e de vida. Estes saberes pouco visíveis ou invisíveis apoiam e cristalizam-se por vontade de melhorar o viver deste momento. Daí o nome de saberes valores. Sendo sempre inesperados, inéditos, esses saberes-valores criam e têm que criar uma situação e desconforto intelectual para os pesquisadores. Desconforto porque os saberes-valores, além de ser inesperados não pertencem a nenhuma disciplina. Mas será este desconforto intelectual que vai possibilitar a cooperação transdisciplinar.

De novo, põe-se aqui nesse segundo campo, uma situação de escolha. Se os pesquisadores denegam os saberes-valores, recusam as matérias estrangeiras de segundo tipo e seu desconforto intelectual, se encerram dentro seus nichos teóricos, esses pequenos feudos passionalmente mantidos, balcanizados.

Se, ao contrário, considerar os saberes-valores, os pesquisadores vão juntos tentar medir o peso relativo de seus conhecimentos, dos determinantes da situação considerada frente a vitalidade renormatizante da humanidade dentro nós. Essa vitalidade, se existir, tem que transparecer na linguagem, na fabricação do vínculo social, no psiquismo. Sem as competências de cada especialista, não se pode avaliar em que grau essa vitalidade escapa aos determinantes de cada disciplina das ciências humanas. Mas essa dimensão de inédito, dessa maneira apontada, revela, tal como indica o conceito de saberes-valores, o desejo de qualidade, de saúde, ou um estado de patologia da vida que escapa a todo referencial teórico que integra uma dimensão ética. A cotejar, a integrar mutualmente esses descartes criativos, os pesquisadores terão a possibilidade de avaliar em que medida a configuração humana a ser estudada é por um lado,

esperada, e em que medida, por outro lado, revela sua singularidade criativa, ou, o que chamamos suas reservas de alternativas a serem debatidas.

Experimentamos há muitos anos este enriquecimento transdisciplinar, devido a esse compartilhar o ‘sabor comum’ quando fomos solicitados a trabalhar sobre a mudança de competências dos operários de um centro ferroviário de triagem de mercadorias, posterior a um avanço da informatização. Vamos deixar este exemplo eventualmente para discussão. Pequeno exemplo, *cujo ensinamento pode ser transposto à toda situação de vida. O ergonomista sabe que as tarefas e funções previstas serão in situ repensadas (compartilhando enquanto especialista do trabalho a nossa primeira tese sobre o impossível e invivível), o que conduz o sociólogo a indagar sobre um funcionamento das equipes não unilateralmente determinadas pelo organograma, o linguista tem que ouvir nas palavras ditas o que é uma espécie de subversão da linguagem, para compreender o inédito dessa cooperação por uma parte inventada, o engenheiro informático tem que perceber como os usos dos microcomputadores são localmente re-apropriados.* Dessa cooperação transdisciplinar emergiram várias visões possíveis deste centro ferroviário. Ao contrário, recusar essa forma de cooperação soldada, firmada por esse ‘sabor comum’ conduz a desumanizar os nossos semelhantes, e enquanto pesquisador, fazer a escolha de diminuir o fazer história próprio a humanidade.

Situa-se exatamente aqui o lugar onde se joga a dimensão política dessas escolhas científicas e epistemológicas, onde se jogam as relações saber-poder. Essa desumanização da ferramenta para um governo autoritário da atividade humana, mormente a atividade industriosa, enquanto despreza as renormatizações criativas, ignora as possíveis reservas de alternativas; e reciprocamente, o funcionamento social na autoridade reforça a postura do saber do *expert* que pretende saber, a partir de seus próprios recursos teóricos o que outros fazem ou desejam fazer. Nestes pontos estamos no centro da preocupação democrática.

IV – Um modo de produção científico comum, respeitoso desse ‘sabor comum’

Esse modo de produção de conhecimentos que liga os pesquisadores em um mesmo vai e vem entre os saberes em des-aderência e saberes-valores, tem operacionalidades concretas, que podem mudar a vida social.

Seja, por exemplo, a medicina, lugar onde G. Canguilhem desenvolveu sua filosofia das “matérias estrangeiras”: qual é a atividade do médico senão confrontar o

patrimônio do saber médico, enriquecido cada dia pela bacteriologia, tecnologia do diagnóstico (e da imagem), a nano medicina...e de outro lado, a postura clínica; postura clínica que coloca o médico frente a um ser de atividade que renormaliza sem parar o conteúdo do que é para ele a saúde, e faz desta atividade uma matéria, em parte, ‘estrangeira para o médico.

Essa mesma confrontação entre saberes em des-aderência, estocados em normas antecedentes e saberes-valores locais, reavaliados pela experiência sempre inédita, a qual vivemos todos os dias, se apresenta como objeto de investigação para os pesquisadores das ciências humanas que compartilham o ‘sabor comum’ e um objetivo desejável pelo governo ‘humano’ do trabalho e da vida social.

Seja o caso da produção industrial, setor particularmente híbrido, porque liga a concepção de instalações pela engenharia científica e técnica e a ‘colocação em obra’ por seres humanos para os quais é impossível e invivível serem apenas executantes das normas dos primeiros. Desse diálogo, necessário mas pouco praticado (devido ao funcionamento na lógica da autoridade), entre categorias diferentes, algumas no polo dos saberes estocados, outras ao polo dos saberes-valores, há aqui em BH uma rica tradição de pesquisa, ligando as intervenções de campo e o teórico.

Evocamos a tese pioneira de Eloisa Santos de 1992, sobre as cooperações informais e trocas de saberes diferentes em duplo sentido entre engenheiros, técnicos, operários em uma fábrica metalúrgica mineira<sup>3</sup>; a palestra de F. Lima, na Sociedade da Ergonomia de Língua Francesa em 2002, onde distinguia a ‘racionalidade pelos conceitos’, dos conceptores e engenheiros, e a ‘racionalidade pela atividade’ das várias categorias de operadores. Porque, como ele dizia, “é sempre a atividade dos homens que possibilita o funcionamento das máquinas”, a cooperação tão problemática hoje entre as duas racionalidades se impõe sem dúvida como necessária. Enfim, *Conexões de Saberes sobre o Trabalho*, essa experiência tão inovadora, conduzida por Daisy Cunha, professora, como Francisco Lima, na Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG, com uma equipe pluridisciplinar trabalhando com profissionais militantes do setor mineiral, ilustra quais sinergias de competências e de compromissos na vida possibilitam a exploração produtiva nesse setor.

---

3 Como atesta a bela tese defendida por Eloisa Santos à l’Université de Paris VIII en 1991 *Le savoir en travail, l’expérience de développement technologique par les travailleurs d’une industrie brésilienne*.

A ‘racionalidade pelos conceitos’, para retomar as palavras de Francisco Lima, nos remete ao *corpus* das diferentes disciplinas. ‘A racionalidade pela atividade’ nos remete à vitalidade humana que transcende, mas requer como instrumentos estes saberes separados. Essa sinergia transdisciplinar fica possível graças à suposição de que a atividade humana nunca será coisificada, nunca será assujeitada como uma mecânica na qual os outros podem pensar em seu lugar. Convicção de que a humanidade industrial não para de reinventar suas tentativas de viver em saúde seu momento presente. Compartilhando esse respeito da vitalidade criativa em todos os grupos humanos a serem estudados, cada grupo de pesquisador tentara compreender como ela se ‘refrata’ no setor de competências especializadas que é o seu. Não vejo outra maneira de ‘desbalcanizar’ os ‘feudos passionavelmente mantidos’.

Nesta direção, já há muito tempo propomos dispositivos para produzir conhecimentos sobre atividade humana para organizar a dialética entre os dois polos, o da ‘racionalidade pelos conceitos’ e o da ‘racionalidade pela atividade’, entre os saberes acadêmicos escritos, ensinados e os ‘saberes-valores’ pouco visíveis e por enquanto, objetos de aprendizagem pelos primeiros. Chamamos esses dispositivos ‘dispositivos com três polos’, o terceiro polo sendo o compartilhar desse ‘humanismo enigmático’ ou esse ‘sabor comum’ que possibilita a atenção, o respeito de cada polo pelo outro e a extrapolar a todos os aspectos de nossa existência cotidiana, os nossos projetos coletivos de vida.

De fato, como os grandes desafios do presente, como a proteção da vida e do planeta podem evitar organizar o confronto entre os saberes físico-químicos, climáticos, populacionais, e os saberes valores ancorados na experiência cotidiana e matrizes de eficácia? Os valores destes saberes valores se articulam sem descontinuidade com ideais de vida e nenhum saber *expert* pode produzir valores de vida em lugar deles; tem que discutir e esclarecê-los.

A respeito dos problemas do Desenvolvimento, discutimos aqui na UFMG essas grandes questões no evento das Segundas Jornadas “Ergologia, Trabalho e Desenvolvimento”, em 2009, concebidas e organizadas magistralmente pela professora Eliza Echternacht, que também coloca em ação esse ‘sabor comum’. Além das apresentações da gestão cooperativa, tão rica aqui, questões como as seguintes se colocaram: a gestão dos territórios, do uso agrícola da terra, dos períodos de estio, da irrigação, implicam

muitos parceiros diferentes com saberes e valores diferentes. Nesses casos, parece que é preciso fomentar ‘Grupos de Encontro de Desenvolvimento’, onde os saberes dos agrônomos, dos economistas, dos antropólogos, das ONGs, enfrentam-se com os saberes valores das povoações que tentaram, geração após geração, habitar suas terras. Hoje dispomos de numerosos exemplos de organizações conscientes de uma dialética entre conhecimentos exógenos (científicos, inovações técnicas e culturais) e saberes endógenos. A catástrofe de Mariana, poderia ter sido evitada com tais dispositivos? Talvez. Poderemos lutar contra o aquecimento climático sem nos instruir da inventividade cotidiana produzida pela dialética entre as normas antecedentes e o ‘impossível-invivível’ de uma estreita execução dessas normas?

### *Considerações finais*

Lembremos o problema inicial: como ultrapassar a fragmentação, a balcanização da ciência, pelo benefício de uma cooperação fraternal entre pesquisadores ?

A nossa tentativa de responder: o ‘fazer ciência’ faz parte das atividades humanas, mas tem suas normas e objetivos específicos. Visto que a prática rigorosa de suas normas distintas — concatenação, validação - possibilita o fazer científico, mas isola no mesmo tempo campos disciplinares ou sub disciplinares, é enquanto a ciência é atividade humana e não por suas normas distintas, que uma comunidade fraternal de pesquisadores pode promover o espírito transdisciplinar. Então, será a partir dessa atividade humana genérica que podemos cultivar essa comunidade.’

Daqui somos reenviados a esta ‘atividade genérica’, nesse ‘sabor comum’, do qual lembramos as características: todos somos seres de atividade, pesquisadores como todos os protagonistas da vida social. De um lado, enquanto pesquisadores, nos beneficiamos de um prodigioso poder de abstração, de construção de conceitos. Este patrimônio de saber, de normas antecedentes nos ajuda a viver, provavelmente a melhor viver. Mas, por outro lado, como seres de atividade, nunca são determinados os limites para a nossa existência, a nosso desejo de um gozo ampliado de saúde e de vida, cujo saber fica como um instrumento. Esse desejo vital nunca deixa de antecipar e de reconvocar os recursos do saber.

Então, como esse ‘sabor comum’ toma significação no agir científico?

No campo do ‘não humano’ (ciências duras), o agir científico enquanto atividade fica inteiramente no esforço de retrabalhar a norma concatenação — validação para produzir novos saberes, inscrevendo-se nesse desejo de gozo ampliado. Esforço que supõe escolhas, invenções, insucessos, tentativas e desvios. No compartilhar, no colocar em visibilidade essas escolhas e tentativas, pode se gerar uma comunidade fraternal e fecunda: fecunda porque os saberes produzidos, longe de qualquer dogmatismo, se dispõem a questionamentos mútuos.

No campo dos ‘objetos humanos’ (ciências moles) o ‘sabor comum’ se desdobra: será que fazemos a escolha de imputar esse ‘sabor comum’ aos seres que visamos como ‘objetos’ de ciência? Além disso, fazemos a escolha de aceitar que nossas teorias, nossas antecipações conceituais, devem ser cada vez retrabalhadas, porque a criatividade humana é imprescindível, mesmo que as renormalizações não sejam todas admissíveis, aceitáveis?

Em seguida vem o segundo nível das escolhas: como vamos proceder para nos instruir, nós pesquisadores, sobre essas renormalizações, desse ‘fazer história’, dessa ‘racionalidade pela atividade’, desses ‘saberes — valores’ que apagam a cisão entre ética e conhecimento? Animados pelo mesmo objetivo, que de novo proíbe todo dogmatismo ou exclusivismo, os pesquisadores se prestarão ajuda mutua para aprender *in situ* a reavaliar os saberes acadêmicos pelos saberes valores produzidos por seus semelhantes.

Acreditamos que é pela clara aceitação desse ‘sabor comum’ que os pesquisadores se afirmam e se afirmarão como cidadãos da ciência, cidadãos da sua cidade, cidadãos de nosso planeta.

